

CTUR

COMISSÃO DE TURISMO

Relatório Anual de Atividades - 2024

Brasília
2024

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

57ª Legislatura (2023-2027) – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

Arthur Lira

1º Vice-Presidente

Marcos Pereira

2º Vice-Presidente

Sóstenes Cavalcante

1º Secretário

Luciano Bivar

2º Secretário

Maria do Rosário

3ª Secretária

Júlio Cesar

4ª Secretária

Lucio Mosquini

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Gilberto Nascimento

2º Suplente

Pompeo de Mattos

3º Suplente

Beto Pereira

4º Suplente

André Ferreira

Diretor-Geral

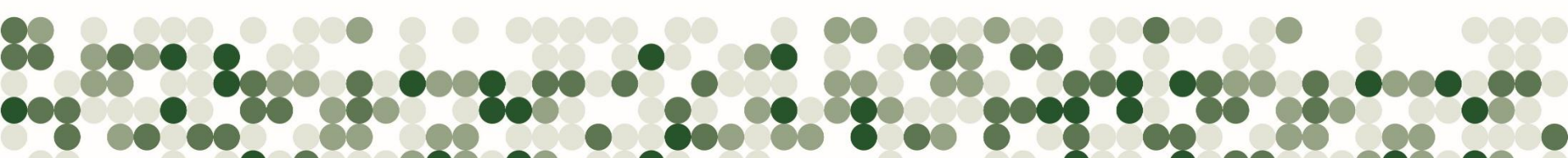
Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa

Lucas Ribeiro Almeida Júnior

SUMÁRIO

Membros da CTUR	7
Destaques da CTUR	12
Audiências Públicas	35
CTUR em números	84
Proposições na CTUR em 2024	86
Requerimentos	87
Proposições apreciadas	95
Projetos rejeitados	101
Emendas orçamentárias aprovadas pela CTUR	103
Equipe Técnica	104



Comissão de Turismo

Presidente

Paulo Litro

1º Vice-Presidente

Diego Coronel

2º Vice-Presidente

Marcos Aurélio Sampaio

3º Vice-Presidente

Saullo Vianna

Consultor-Geral

Wagner Primo Figueiredo Júnior

Diretor do Departamento de Comissões

Flávio Bôsco Soares

Diretor da Coordenação de Comissões Permanentes

Marcelo Brandão Lapa

Secretário-Executivo

Lin Israel dos Santos

CRÉDITOS

Projeto Gráfico

Serviço de Publicidade – Secretaria de Comunicação Social

Texto e edição

Agência Câmara
Comissão de Turismo

Fotos

Agência Câmara
Comissão de Turismo

Diagramação

Christiano de Lima Silva (com adaptações)



APRESENTAÇÃO

Prezados,

É com grande satisfação que apresento o Relatório de Atividades da Comissão de Turismo referente ao ano de 2024. Durante este período, trabalhamos para fortalecer o setor turístico brasileiro, impulsionando políticas públicas, promovendo debates estratégicos e transformando ideias em ações concretas.

Ao longo do ano, foram 77 propostas legislativas discutidas em 25 reuniões deliberativas da comissão resultando no recorde de 48 projetos de lei aprovados. Além disso, mantivemos um diálogo constante com representantes do setor, estados e municípios, sempre com o compromisso de fomentar o turismo sustentável e competitivo.

O Brasil possui um enorme potencial turístico, e nossa atuação ao longo do ano esteve focada no desenvolvimento econômico, na geração de empregos e na valorização da cultura e do patrimônio nacional. Entre os avanços alcançados, destacamos a inclusão do *TAX FREE* na reforma tributária, uma medida que tornará o país mais competitivo ao atrair turistas estrangeiros, e a prorrogação do PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, essencial para a recuperação e fortalecimento do setor. Seguimos determinados a consolidar um ambiente favorável para investimentos e a ampliar a visibilidade do Brasil como um destino global de referência.

Agradeço o empenho dos parlamentares, das entidades do setor e de toda a sociedade que contribuiu para os avanços obtidos. Que possamos continuar trilhando este caminho em prol do turismo brasileiro.

Atenciosamente,

Deputado Paulo Litro

Presidente da Comissão de Turismo



Membros da CTur



Presidente:
Paulo Litro (PSD/PR)

1º Vice-Presidente:
Diego Coronel (PSD/BA)



2º Vice-Presidente:
Marcos Aurélio Sampaio (PSD/PI)

3º Vice-Presidente:
Saullo Vianna (UNIÃO/AM)



Membros Titulares



AJ Albuquerque
PP/CE



Ana Paula Leão
PP/MG



André Figueiredo
PDT/CE



Bibó Nunes
PL/RS



Carlos Henrique Gaguim
UNIÃO/TO



Daniel Trzeciak
PSDB/RS



Gabriel Nunes
PSD/BA



Hercílio Coelho Diniz
MDB/MG



Igor Timo
PSD/MG



José Airton Félix Cirilo
PT/CE



Keniston Braga
MDB/PA



Paulinho Freire
UNIÃO/RN





Paulo Azi
UNIÃO/BA



Robinson Faria
PL/RN



Rodrigo Gambale
PODE/SP



Washington Quaquá
PT/RJ

Membros Suplentes



Alexandre Lindenmeyer
(PT/RS)



Bacelar
PV/BA



Dagoberto Nogueira
PSDB/MS



Daniel Barbosa
PP/AL



Eduardo Bismarck
PDT/CE



Fábio Reis
PSD/SE



Florentino Neto
PT/PI



Icaro de Valmir
PL/SE





Jorge Goetten
PL/SC



Leur Lomanto Júnior
UNIÃO/BA



Luiz Gastão
PSD/CE



Lula da Fonte
PP/PE



Marangoni
UNIÃO/SP



Marx Beltrão
PP/AL



Murilo Galdino
REPUBLICANOS/PB



Newton Cardoso Jr
MDB/MG



Roberta Roma
PL/BA



Simone Marquetto
MDB/SP



Tadeu Oliveira
PL/CE



Vermelho
PL/PR

Composição

em

09/12/2024.



Destques da CTur

11 de janeiro de 2024

Comissão aprova criação de fundo para a promoção do ecoturismo no Brasil

Proposta será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Eduardo Bismarck relatou a proposta



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou em dezembro projeto que institui um fundo para promover o ecoturismo no Brasil. A proposta, do ex-deputado Walter Alves (RN), recebeu parecer favorável do relator, deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE).

Conforme o Projeto de Lei 3045/21, o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ecoturismo (Fundeco) será formado a partir de diversas fontes, como operações de crédito internas e externas, e contribuições, doações, subvenções e auxílios de entidades nacionais e estrangeiras.

O fundo também poderá receber recursos do orçamento federal e do superávit financeiro da União apurado em cada exercício.

Os recursos serão utilizados para financiar planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos como de interesse ecoturístico. Poderão ainda ser usados na capacitação de mão de obra para o setor e em cooperação técnica.

“Desta forma, serão ampliadas as oportunidades de geração de trabalho e de renda, será favorecida a inclusão social e serão promovidas a valorização e a proteção do patrimônio natural”, explicou o deputado.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Reportagem – Luiz Gustavo Xavier
Edição - Rodrigo Bittar
Fonte: Agência Câmara de Notícias



11 de janeiro de 2024

Comissão aprova projeto que cria passaporte equestre

Documento poderá facilitar o trânsito de cavalos, asnos e mulas em todo o território nacional

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Rodolfo Nogueira, relator do projeto de lei



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou em dezembro projeto que cria o passaporte equestre para facilitar o trânsito de cavalos, asnos e mulas em todo o território nacional (PL 3650/21).

A proposta estabelece que o passaporte será emitido para participação em cavalgadas, desfiles, treinamentos, concursos, provas ou qualquer outra atividade ou evento de natureza cultural, desportiva ou de lazer e, ainda, para o exercício de atividades equestres de turismo, trabalho rural, policiamento ou de auxílio terapêutico.

Pelo texto, o passaporte poderá ser considerado documento oficial, regularmente expedido e com registros sanitários válidos, equivalente à Guia de Transporte de Animal (GTA), e substituirá qualquer outro documento para fins de trânsito e regularidade fiscal do animal.

De autoria do ex-deputado Nivaldo Albuquerque (AL), o projeto prevê ainda que todas as informações constantes do documento sejam prestadas por médico veterinário cadastrado como responsável técnico perante a Secretária de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Validade do passaporte

De acordo com a proposta, a validade do passaporte será de um ano, e sua regularidade estará vinculada à validade das vacinas, exames, atestados clínicos e laboratoriais obrigatórios aos equídeos e à comprovação das mesmas através de laudo que deverá ser apresentado juntamente com o passaporte equestre.

O período total do trânsito deverá estar dentro da validade dos exames negativos para anemia infecciosa equina. Esses exames serão emitidos por laboratórios oficiais ou credenciados pela Secretária de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura. A validade dos exames será de seis meses.

O relator do projeto, deputado Rodolfo Nogueira (PL-MS), apresentou parecer favorável ao texto. “Eventuais atividades turísticas das quais participem esses animais restariam menos embaraçadas. É o caso de desfiles, eventos tradicionais com cavalos ou mesmo passeios e percursos realizados a cavalo”, justifica o parlamentar.

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Luiz Gustavo Xavier

Edição – Pierre Triboli

Fonte: Agência Câmara de Notícias



12 de janeiro de 2024

Comissão aprova projeto que concede desconto para pessoa com deficiência em hotel sem acessibilidade

Estabelecimento que descumprir a regra estará sujeito a penalidades; proposta segue em análise na Câmara



Pablo Valadares/Câmara ds Deputados

Paulinho Freire foi o relator do projeto de lei



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou em dezembro proposta que garante a pessoas com deficiência desconto de 10% na diária de hotéis ou pousadas que, por razões técnico-estruturais, não oferecem dormitório acessível.

Atualmente, o [Estatuto da Pessoa com Deficiência](#) já exige que hotéis e pousadas ofereçam, pelo menos, 10% dos dormitórios com acessibilidade, com o mínimo de uma unidade.

Pelo texto aprovado, os estabelecimentos que, por impossibilidade técnica devido a riscos estruturais da edificação, não possam cumprir a meta deverão comprovar a condição por meio de laudo técnico estrutural e garantir desconto de 10% na diária para pessoas com deficiência.

O descumprimento da regra sujeita o infrator a multa ou suspensão do alvará de funcionamento.

Substitutivo

O texto foi aprovado na forma do substitutivo do deputado Paulinho Freire (União-RN) ao [Projeto de Lei 230/19](#), do ex-deputado Roberto de Lucena (SP).

“É uma solução inteligente para a questão, pois torna mais justa a competição entre os meios de hospedagem já existentes e compensa economicamente a pessoa com deficiência que se hospeda em dormitórios pouco acessíveis”, disse Freire.

A proposta estabelece ainda que um aviso sobre o direito à redução na diária seja colocado em local visível no hotel. Além disso, os sites dos estabelecimentos deverão informar sobre as unidades para pessoas com deficiência.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Reportagem – Murilo Souza

Edição – Rodrigo Bittar

Fonte: Agência Câmara de Notícias



13 de março de 2024

Paulo Litro é eleito presidente da Comissão de Turismo

O deputado quer acompanhar de perto as negociações sobre o projeto que vai mudar o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos



Bruno Spada / Câmara dos Deputados

Paulo Litro disse que vai acompanhar as negociações em torno do Perse



O deputado Paulo Litro (PSD-PR) foi eleito por unanimidade nesta quarta-feira (13) presidente da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados. Também foram eleitos os deputados Diego Coronel (PSD-BA), 1º vice-presidente; Marcos Aurélio Sampaio (PSD-PI), 2º vice-presidente; e Saullo Vianna (União-AM), 3º vice-presidente.

Paulo Litro lembrou que o setor de turismo representa atualmente 8% do PIB brasileiro, gerando mais de 7 milhões de empregos em cerca de 500 atividades econômicas.

“Em 2023, tivemos 6 milhões de turistas estrangeiros, praticamente o mesmo volume do período pré-pandemia, o que é ainda baixo se comparado a México e Tailândia, que recebem mais de 40 milhões de turistas por ano”, destacou.

Ele disse ainda que acompanha de perto as negociações sobre o projeto de lei que deverá limitar o alcance do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado durante a pandemia para socorrer os setores de turismo e eventos.

"Estamos acompanhando de perto a situação e aguardando o projeto ser encaminhado pelo ministro [Fernando] Haddad. Entendemos que o setor de eventos foi muito prejudicado, o primeiro a parar e o último a retornar, então entendemos a necessidade de prorrogar os benefícios para esse setor."

Por fim, defendeu o potencial do turismo para o primeiro emprego. “Muitas vezes o jovem que está se formando e buscando o primeiro emprego tem dificuldade de se inserir no mercado de trabalho e o turismo é uma oportunidade”, observou.

Ele substituiu no cargo o deputado Romero Rodrigues (Podemos-PB).

Perfil

Em seu primeiro mandato na Câmara, Litro é um dos vice-líderes do maior bloco da Casa (que reúne MDB, PSD, Republicanos e PODE). Ele foi por dois mandatos consecutivos deputado estadual no Paraná (2015 e 2019).

Atuou como assessor do Núcleo Jurídico Administrativo da Casa Civil do Governo do Paraná de 2012 até ser eleito deputado estadual.

O que faz a comissão

Entre outros temas, a Comissão de Turismo debate e vota propostas relacionadas a política e sistema nacional de turismo; exploração das atividades e dos serviços turísticos; e parcerias entre entidades públicas e não governamentais que atuem na formação de política de turismo.



Reportagem – Murilo Souza

Edição – Rachel Librelon

Fonte: Agência Câmara de Notícias



17 de abril de 2024

Comissão debate regulamentação das film commissions

Essas organizações se dedicam a atrair e incentivar a realização de produções audiovisuais

Roberto Parizotti/Fotos Públicas



Filmagens podem aumentar interesse turístico nessas áreas, acima a Avenida Paulista



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados discute nesta quarta-feira (17) a regulamentação das *film commissions*. Essas organizações se dedicam a atrair e incentivar a realização de produções audiovisuais.

Em São Paulo, há uma *film commission* em funcionamento desde 2016. Ela [foi criada](#) para centralizar e operacionalizar os pedidos de filmagem na cidade paulista.

O deputado André Figueiredo (PDT-CE) afirma que as *film commissions* fazem parte de uma política pública de estímulo ao mercado audiovisual de forte impacto multissetorial, proporcionando desenvolvimento econômico e promovendo o turismo nacional.

Segundo o parlamentar, essas instituições atuam como pontes entre a indústria audiovisual e os destinos turísticos. "Elas são responsáveis por atrair produções de filmes, séries e outros conteúdos audiovisuais para locais específicos, o que pode gerar um aumento significativo no interesse turístico dessas áreas", explica.

Marco legal

Figueiredo quer discutir a construção de um marco legal para estabelecer critérios, competências e responsabilidades das *film commissions* em nível federal, estadual e municipal.

Figueiredo ressalta ainda a importância de se criar um órgão para coordenar e integrar as *film commissions* existentes no Brasil.

A audiência será realizada às 15 horas, no plenário 5.

Da Redação – ND

Fonte: Agência Câmara de Notícias



25 de abril de 2024

Comissão aprova projeto que determina a instalação de placas de trânsito em inglês e espanhol em fronteira turística

A proposta ainda ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Jorge Goetten recomendou a aprovação da proposta



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou projeto que torna obrigatória a instalação de placas de trânsito em português, inglês e espanhol nas áreas de fronteira que sejam de interesse turístico.

As placas existentes que não atendam à exigência serão substituídas apenas quando estiverem desgastadas ou danificadas ou para acrescentar novas informações.

Os gestores públicos terão prazo de 360 dias, a contar da publicação da futura lei, para se adaptar às novas regras.

Texto aprovado

A comissão aprovou o parecer do relator, deputado Jorge Goetten (PL-SC), ao [Projeto de Lei 5248/19](#), do deputado Bibó Nunes (PL-RS), na forma que em foi [aprovado anteriormente na Comissão de Viação e Transportes](#).

A proposta altera o [Código de Trânsito Brasileiro](#).

Segurança do turista

Goetten afirma que a disponibilidade de sinalização em inglês e espanhol é condição básica para o conforto e a segurança da imensa maioria dos turistas estrangeiros que veem ao Brasil.

“O acesso à informação inteligível remove um fator de intranquilidade para os visitantes externos e figura como um elemento importante de consolidação de um mercado turístico moderno e competitivo em escala global”, explica o relator.

Próximos passos

O projeto ainda será analisado, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Luiz Gustavo Xavier

Edição – Natalia Doederlein

Fonte: Agência Câmara de Notícias



21 de junho de 2024

Comissão de Turismo aprova critérios para tributação de empresas de formatura

Projeto será analisado por outras duas comissões da Câmara antes de ir para o Senado

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



Paulo Litro, relator da proposta na comissão



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei 4805/23](#), que inclui as empresas que organizam formaturas entre as empresas organizadoras de eventos.

O texto estabelece também que o preço do serviço dessas empresas é a comissão recebida dos fornecedores pelos itens contratados, facultada a cobrança de contribuições dos formandos. É sobre essa comissão que a tributação deve incidir.

O relator, deputado Paulo Litro (PSD-PR), recomendou a aprovação do projeto, que é do deputado Felipe Carreras (PSB-PE). Segundo Litro, um dos efeitos práticos do texto é deixar claro que a contribuição dos formandos não é receita efetiva das empresas de formaturas, não sujeitando-se à tributação.

“As empresas organizadoras de formatura não são empresas executoras dos serviços, mas de assessoramento ao conjunto dos formandos na contratação dos diversos fornecedores, atuando como intermediadoras nessa relação comercial”, disse.

A proposição altera [Lei Geral do Turismo](#). Hoje, a lei prevê duas categorias de empresas organizadoras de eventos: as organizadoras de congressos e as de feiras de negócios.

Próximos passos

O projeto vai ser analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Indústria, Comércio e Serviços e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) antes de ir para o Senado.

Reportagem – Janary Júnior

Edição – Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias



04 de julho de 2024

Comissão da Câmara aprova projeto que institui política de apoio ao turismo rural

Mário Agra / Câmara dos Deputados



Ana Paula Leão recomendou a aprovação da proposta



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que cria a Política Nacional de Fomento ao Turismo Rural, a fim de desenvolver e fortalecer o segmento no Brasil.

A relatora, deputada Ana Paula Leão (PP-MG), defendeu a aprovação [do texto da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural](#) para o [Projeto de Lei 4395/20](#), do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES).

“O turismo rural vem crescendo nas últimas décadas”, afirmou Ana Paula Leão. “No País, o segmento representa 3% do mercado turístico e 250 mil postos de trabalho, tendo movimentado, em 2019, cerca de R\$ 10 bilhões”, disse a relatora.

O substitutivo aprovado caracteriza turismo rural como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas em compromisso com a produção agropecuária, para agregar valor a produtos e serviços e promover o patrimônio cultural e natural da comunidade, como folclore e festejos, especialmente os da agricultura familiar.

Planos

Ações necessárias para efetividade da Política Nacional de Fomento ao Turismo Rural serão estabelecidas em plano para o setor, que deverá conter diagnósticos, prioridades, metas e instrumentos.

Esse plano deverá ser submetido a um fórum nacional de pesquisa e inovação do turismo rural, a ser constituído.

“O turismo rural pode proporcionar diversificação da economia regional e da oferta turística, melhoria das condições de vida das famílias no campo e redução do êxodo rural”, disse o deputado Evair Vieira de Melo, autor do texto original.

Próximos passos

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, a proposta também precisa ser aprovada pelo Senado.

Da Reportagem/RM

Edição – Natalia Doederlein

Fonte: Agência Câmara de Notícias



18 de novembro de 2024

Comissão aprova concessão de renda emergencial para guias turísticos gaúchos

Proposta prevê pagamento de um salário mínimo mensal até 31 de dezembro de 2024

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Lindenmeyer quer garantir renda a profissionais que esperam retomada do turismo

A Comissão de Turismo aprovou o [Projeto de Lei 2044/24](#), que concede uma renda mínima emergencial, de um salário mínimo, para os guias turísticos no Rio Grande do Sul. O benefício será mensal e pago até 31 de dezembro de 2024.

O texto estabelece que o benefício seja pago independentemente de renda familiar mensal. O objetivo é repor parte da renda dos guias de turismo do Rio Grande do Sul afetados pelas enchentes deste ano.

O relator, deputado Alexandre Lindenmeyer (PT-RS), apresentou parecer favorável à proposta. “Trata-se, afinal, de prover àqueles trabalhadores os meios mais básicos de sobrevivência durante o período excepcional durante o qual se fará a reconstrução do Rio Grande do Sul, à espera da retomada das atividades turísticas no Estado”, afirmou.

Próximos Passos

A proposta ainda será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, precisa ser aprovada ainda pelo Senado.

Reportagem – Luiz Gustavo Xavier

Edição – Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias



19 de novembro de 2024

Comissão aprova projeto que exigem medidas para garantir privacidade dos hóspedes

Depositphotos



Proposta busca garantir privacidade dos hóspedes



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei 681/24](#), que obriga estabelecimentos de hospedagem a adotarem medidas para assegurar o direito à privacidade e à intimidade dos hóspedes.

Entre outras ações, o estabelecimento deve verificar periodicamente se existem equipamentos que capturem imagens ou sons em áreas privativas ou banheiros. Caso encontre aparelhos dessa natureza, o estabelecimento deve comunicar imediatamente ao órgão policial competente.

O texto insere a determinação na [Lei Geral do Turismo](#).

A relatora, deputada Roberta Roma (PL-BA), defendeu a aprovação do texto. “A adoção das medidas propostas não apenas resguarda direitos fundamentais dos cidadãos, mas também eleva o padrão de qualidade dos serviços oferecidos, beneficiando tanto os consumidores quanto o setor de turismo”, afirmou.

Próximos passos

A proposta ainda será analisada, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, a proposta precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado.

Reportagem – Luiz Gustavo Xavier

Edição – Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias



29 de novembro de 2024

Comissão aprova proposta que insere o turismo na Política Nacional dos Recursos Hídricos

Projeto de lei segue em análise na Câmara dos Deputados

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



Marangoni: correta gestão dos recursos naturais deve ser uma preocupação constante



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei 3341/21](#), que insere o turismo entre as atividades regulamentadas pela Política Nacional de Recursos Hídricos.

Prevista na [Lei 9.433/97](#), a Política Nacional de Recursos Hídricos institui os usos múltiplos das águas e busca assegurar o direito à igualdade entre os diversos setores da sociedade.

O relator, deputado Marangoni (União-SP), recomendou a aprovação do texto. “A gestão dos recursos naturais deve ser feita de forma a manter uma preocupação constante com sua correta utilização”, afirmou Marangoni no parecer aprovado.

“É preciso deixar claro que o uso racional e integrado dos recursos hídricos inclui o transporte aquaviário de passageiros para fins turísticos e recreacionais”, disse o autor da proposta, o ex-deputado Geninho Zuliani (SP).

Para o ex-parlamentar, as mudanças favorecerão o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas. “Houve um crescimento vertiginoso do turismo de lazer em áreas naturais, em especial nos reservatórios das hidrelétricas”, continuou.

Próximos passos

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para virar lei, terá de ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Da Reportagem/RM

Edição – Marcelo Oliveira

Fonte: Agência Câmara de Notícias



02 de dezembro de 2024

Comissão aprova projeto que cria contribuição para financiar investimentos em turismo

Conforme a proposta, taxa será cobrada apenas dos usuários de plataformas digitais que fiquem até sete dias em imóveis

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Eduardo Bismarck recomendou a aprovação da proposta



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou projeto que institui uma contribuição destinada a financiar planos, ações e empreendimentos de interesse turístico, chamada Conturismo.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), para o [Projeto de Lei 3233/19](#), do deputado Damião Feliciano (União-PB). O relator decidiu alterar a proposta original para evitar prejuízos aos hotéis. A proposta continua em análise na Câmara.

Pelo texto, a Conturismo será cobrada apenas dos usuários de plataformas digitais que permaneçam sete dias ou menos em imóveis alugados para temporada.

“É esse contingente que causa mais impacto na localidade visitada, sobrecarregando serviços de coleta de lixo, saneamento e trânsito”, explicou Eduardo Bismarck.

Cálculo do novo tributo

Conforme o substitutivo, o fato gerador do novo tributo será o valor da diária paga pelo locador do imóvel para temporada. A alíquota sugerida é de 1% sobre o total, e as plataformas digitais farão o recolhimento até o quinto dia útil do mês seguinte.

A Receita Federal vai administrar e fiscalizar a cobrança da Conturismo. O produto dessa arrecadação será repassado ao Fundo Geral de Turismo (Fungetur).

“A iniciativa busca contribuir com o esforço para o desenvolvimento da indústria turística nacional mediante o aumento dos recursos para investimentos no setor”, disse o deputado Damião Feliciano, autor do projeto de lei original.

Próximos passos

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, terá de ser aprovada pela Câmara e pelo Senado.

Da Reportagem/RM

Edição – Natalia Doederlein

Fonte: Agência Câmara de Notícias



05 de dezembro de 2024

Comissão aprova projeto que amplia a composição do Sistema Nacional de Turismo

Proposta segue em análise na Câmara dos Deputados

Mario Agra / Câmara dos Deputados



Saullo Vianna: texto organiza execução de políticas públicas para o setor



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei 5392/23](#), que amplia a lista de possíveis integrantes do Sistema Nacional de Turismo ao incluir associações e sindicatos empresariais e de trabalhadores.

O relator, deputado Saullo Vianna (União-AM), recomendou a aprovação. “A proposta organiza o arcabouço jurídico para a formulação e a execução de políticas públicas voltadas ao segmento turístico”, avaliou o parlamentar.

Hoje, a [Lei Geral do Turismo](#) define que o sistema será composto por:

- 1) Ministério do Turismo;
- 2) Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo);
- 3) Conselho Nacional de Turismo; e
- 4) Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo.

Além deles, poderão ainda integrar o sistema:

1. os fóruns e conselhos estaduais de turismo;
2. os órgãos estaduais de turismo; e
3. as instâncias de governança macrorregionais, regionais e municipais.

O projeto aprovado acrescenta quatro possíveis integrantes:

1. associações e sindicatos empresariais do setor turístico;
2. sindicatos de trabalhadores do setor turístico;
3. associações e sindicatos rurais; e
4. associações e sindicatos de artesãos.

“A inclusão de entidades no Sistema Nacional de Turismo reforçará a coordenação e a integração das iniciativas oficiais com o setor produtivo”, disse o autor da proposta, deputado Samuel Viana (Republicanos-MG).

Prestadores de serviços

A proposta também amplia a lista de prestadores de serviços turísticos com a inclusão das propriedades rurais e das Reservas Particulares do Patrimônio Natural em que se desenvolvam atividades turísticas.



Atualmente, pela lei, são prestadores de serviços turísticos:

1. meios de hospedagem;
2. agências de turismo;
3. transportadoras turísticas;
4. organizadoras de eventos;
5. parques temáticos; e
6. acampamentos turísticos.

Próximos passos

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, terá de ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Da Reportagem/RM

Edição – Marcelo Oliveira

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Audiências Públicas

10 de abril 2024

Fim dos benefícios fiscais para o setor de eventos é tema de audiência na Câmara

O setor de eventos foi um dos mais atingidos pela pandemia de Covid-19

André Santos/Prefeitura de Uberaba-MG



O Perse foi criado em 2021

As comissões de Indústria, Comércio e Serviços; e de Turismo da Câmara dos Deputados discutem nesta quarta-feira (10) a extinção do Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). A audiência será realizada no plenário 5, a partir das 14 horas.

O debate foi sugerido pelos deputados Bibó Nunes (PL-RS) e Jorge Goetten (PL-SC).

Convidados

- Ministério do Turismo - Ministro - Celso Sabino de Oliveira;
- Ministério da Fazenda - Ministro - Fernando Haddad;
- Braztoa (Associação Brasileira de Operadores de Turismo) - Presidente - Fabiano Camargo;
- ABRAPE (Associação Brasileira dos Promotores de Eventos) - Presidente - Doreni Caramoni;
- CNC (Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo) - Presidente do Conselho de Turismo - Alexandre Sampaio;
- CLIA Brasil (Associação Brasileira de Navios de Cruzeiros) - Presidente - Marco Ferraz;
- ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) - Presidente - Manoel Linhares.

O programa

O Perse foi criado durante a pandemia de Covid-19 para socorrer o setor de eventos. O fim do programa está previsto em duas medidas provisórias ([1202/23](#) e [1208/24](#)) enviadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. A iniciativa do governo Lula é alvo de críticas desde dezembro do ano passado, quando foi editada a primeira das MPs.

Os deputados afirmam que a MP 1202 revogou o benefício fiscal do setor de eventos e colocou em risco centenas de milhares de postos de trabalho.

Os parlamentares estimam que o setor de eventos gere por mais de 2 milhões de empregos diretos e indiretos e tenha um faturamento anual acima de R\$ 200 bilhões.

Da Redação – ND

Fonte: Agência Câmara de Notícias



17 de abril de 2024

Comissão debate regulamentação das film commissions

Essas organizações se dedicam a atrair e incentivar a realização de produções audiovisuais

Roberto Parizotti/Fotos Públicas



Filmagens podem aumentar interesse turístico nessas áreas, acima a Avenida Paulista



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados discute nesta quarta-feira (17) a regulamentação das *film commissions*. Essas organizações se dedicam a atrair e incentivar a realização de produções audiovisuais.

Em São Paulo, há uma *film commission* em funcionamento desde 2016. Ela [foi criada](#) para centralizar e operacionalizar os pedidos de filmagem na cidade paulista.

O deputado André Figueiredo (PDT-CE) afirma que as *film commissions* fazem parte de uma política pública de estímulo ao mercado audiovisual de forte impacto multissetorial, proporcionando desenvolvimento econômico e promovendo o turismo nacional.

Segundo o parlamentar, essas instituições atuam como pontes entre a indústria audiovisual e os destinos turísticos. "Elas são responsáveis por atrair produções de filmes, séries e outros conteúdos audiovisuais para locais específicos, o que pode gerar um aumento significativo no interesse turístico dessas áreas", explica.

Marco legal

Figueiredo quer discutir a construção de um marco legal para estabelecer critérios, competências e responsabilidades das *film commissions* em nível federal, estadual e municipal.

Figueiredo ressalta ainda a importância de se criar um órgão para coordenar e integrar as *film commissions* existentes no Brasil. A audiência será realizada às 15 horas, no plenário 5.

Convidados

- Ministério do Turismo - Ministro de Estado do Turismo - Celso Sabino de Oliveira;
- Embratur (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo) - Presidente da Agência - Marcelo Freixo;
- Ministério da Cultura - Secretaria do Audiovisual - Joelma Oliveira Gonzaga;
- Cineasta - Zeca Brito;
- Secretário de Turismo de Fortaleza - Alexandre Pereira Silva;
- Urca Filmes - Sócio-fundador - Leonardo Edder;
- Fórum Audiovisual Siará Cine / Conselheira suplente do Audiovisual no Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC / Associada CONNE (Conexão Audiovisual Centro Oeste Norte Nordeste) - Joana Limaverde.

Da Redação – ND

Fonte: Agência Câmara de Notícias



15 de maio de 2024

Após socorro emergencial, turismo será instrumento de reconstrução do Rio Grande do Sul, diz ministro

Celso Sabino apresentou planos para restabelecer viagens aéreas para o RS e números da retomada do turismo em geral

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



Celso Sabino lembrou o lançamento da campanha “Não cancele, reagende”



O ministro do Turismo, Celso Sabino, afirmou nesta quarta-feira (15) que o setor será fundamental para a reconstrução econômica do Rio Grande do Sul após o socorro emergencial às vítimas das inundações.

Em audiência na Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, Sabino citou uma série ações da pasta em apoio aos empreendedores turísticos gaúchos, como a liberação de R\$ 100 milhões do Fundo Geral do Turismo (Fungetur) para reformas, capital de giro e equipamentos.

O ministro disse ainda que todas as emendas parlamentares destinando recursos para obras no estado já estão pagas. E lembrou o lançamento da campanha “Não cancele, reagende”, para manter a perspectiva de retomada de visitação ao estado após a superação da tragédia.

Aeroportos

Segundo Sabino, outra ação está sendo desenvolvida em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos para restabelecer a conexão aérea no Rio Grande do Sul, diante da interdição do aeroporto Salgado Filho.

“O governo federal tem atuado para operar em aeroportos alternativos e já estamos chegando a praticamente 20% da oferta de assentos que havia antes dos eventos. Pretendemos chegar a 50% até o fim deste mês”, comemorou o ministro. Para isso, outros aeroportos regionais estão tendo a frequência ampliada.

Sabino destacou ainda a operação de guerra na Base Aérea de Canoas para receber mantimentos, distribuir medicamentos e fazer o salvamento de pessoas. “Nós vamos transformar momentaneamente a Base Aérea de Canoas em um aeroporto comercial”, avisou.

Celso Sabino explicou que um shopping próximo vai servir de suporte para o check-in de passageiros, que serão transportados de ônibus até a pista da Base Aérea de Canoas para voos das três principais companhias aéreas do país.

Os aeroportos regionais de Canela e de Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, também deverão ter a operação ampliada.

O presidente da Embratur, Marcelo Freixo, confirmou que o Rio Grande do Sul vai merecer tratamento especial pós-tragédia e estará em destaque no Salão Nacional do Turismo, previsto para agosto, no Rio de Janeiro.

Importância do turismo

O presidente da Comissão de Turismo, deputado Paulo Litro (PSD-PR), elogiou as iniciativas do governo. “Obviamente que, em um primeiro momento, é buscar restabelecer serviços básicos, como saúde, água, luz, internet. Mas, a reconstrução do Rio Grande do Sul também passa pela questão turística”, disse Litro, lembrando que o estado é o segundo a recebe mais turistas estrangeiros.



"Gramado recebe 8 milhões de turistas por ano, o que gera emprego e renda para a população", acrescentou.

Pesquisa

Sabino apresentou aos parlamentares o resultado de uma pesquisa do ministério que aponta o setor como a terceira atividade econômica mais importante do País, empatado com indústria e agropecuária, atrás apenas de tecnologia e comércio.

A pesquisa mostrou ainda que 63% dos entrevistados acham que o potencial de exploração do turismo como atividade econômica é alto ou muito alto; 79% acreditam que a exploração do turismo pelas cidades tem mais benefícios do que prejuízos; e 88% reconhecem a importância do turismo para incrementar emprego, renda e economia no País.

Balanco do Ministério

Na audiência, o ministro Celso Sabino também apresentou o balanço das atividades e as novas metas da pasta. Comemorou, por exemplo, os números que apontam forte retomada do setor após a pandemia de Covid-19. Foram quase R\$ 190 bilhões em faturamento e 214 mil empregos criados em 2023, com alta expressiva em relação a 2022.

Segundo ele, a melhoria da imagem internacional do Brasil pode ser medida pelo terceiro lugar obtido no ranking de atrativos naturais elaborado pelo Fórum Econômico Mundial. O país ficou atrás apenas de Austrália e México. Bonito, no Mato Grosso do Sul, foi reconhecido como o primeiro destino do mundo em ecoturismo de carbono neutro.

Mais turistas

Nos quatro primeiros meses deste ano, 2,9 milhões de turistas estrangeiros estiveram no Brasil – aumento de 7% em relação ao mesmo período do ano passado. Eles gastaram cerca de R\$ 10 bilhões, o maior volume registrado desde 1995.

Mas Sabino tem novas metas nesse quesito. "A meta que estava sendo calculada em 8 milhões de turistas estrangeiros para 2027 será posta no Plano Nacional de Turismo acima de 10 milhões. Nós não vamos sossegar enquanto o Brasil não ultrapassar essa marca de 10 milhões de turistas estrangeiros", avisou.

Além do Plano Nacional de Turismo e do Plano de Adaptação Climática para o setor, que estão em fase final de elaboração, o ministro pretende entregar, ainda neste ano, 622 obras de infraestrutura turística, a partir de investimentos de R\$ 594 milhões. Ele também prevê outros R\$ 650 milhões para financiamentos por meio do Fundo Geral do Turismo.

Projetos na Câmara

O ministro pediu aos parlamentares a aprovação de alguns projetos:

- a) o que aprimora a Lei Geral do Turismo ([Lei 11.771/08](#)), atualmente em discussão no Senado;



- b) o que ratifica o acordo que permite a inauguração de escritório regional da Organização Mundial do Turismo, ligada à ONU, no Rio de Janeiro para atender as Américas e o Caribe. Esse texto (MSC 729/23) está pronto para votação no Plenário da Câmara e tem parecer favorável do relator, deputado Marangoni (União-SP).

Já o deputado Paulo Litro pediu o apoio do ministro para ajudar na aprovação do projeto de lei complementar ([PLP 353/17](#)), que trata do ressarcimento de impostos a turistas estrangeiros, também pronto para votação no Plenário.

Reportagem - José Carlos Oliveira
Edição - Natalia Doederlein
Fonte: Agência Câmara de Notícias



4 de julho de 2024

Audiência debate recuperação do setor turístico no Rio Grande do Sul

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Prédio histórico do Mercado Público de Porto Alegre alagado pelas chuvas



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados promove nesta quarta-feira (3) audiência pública sobre a recuperação do setor turístico no Rio Grande do Sul.

O debate atende a pedido dos deputados Paulo Litro (PSD-PR), Bibo Nunes (PL-RS), Daniel Trzeciak (PSDB-RS) e Alexandre Lindenmeyer (PT-RS).A audiência será realizada às 15 horas, no plenário 5.

Convidados

Foram convidados para participar da discussão, entre outros:

- Sr. Celso Sabino, Ministro de Estado do Turismo;
- Sr. Alexandre Sampaio, Diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC e Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação – FBHA;
- Sr. Fabiano Feltrin, Prefeito de Farroupilha e Presidente da Associação dos Municípios da Serra Gaúcha;
- Sr. Thomas Fontana, Diretor do Grupo Somos RS;
- Sr. Luiz Fernando Rodriguez Júnior, Secretário Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul;
- Sra. Gabriela Schwan Poltronieri,Vice-Presidente do Transforma RS;
- Representante do Sindicato dos Empregados em Empresas de Turismo e Hospitalidade do Vale do Taquari/RS; e
- Representante do Sindicato dos Empregados em Empresas de Turismo de Porto Alegre.

Os parlamentares acreditam que o turismo pode ajudar a recuperação os danos causados pelas enchentes. No entanto, o setor, que ainda não havia se recuperado totalmente da epidemia de Covid-19, hoje enfrenta a interdição do aeroporto de Porto Alegre (RS), e perdas de veículos e equipamentos de empresas vinculadas ao turismo.

Por essa razão, os deputados afirmam que é crucial debater estratégias para recuperar o turismo no Rio Grande do Sul. Eles esperam que a audiência permita fazer um levantamento detalhado da situação atual.

Da Redação – ND

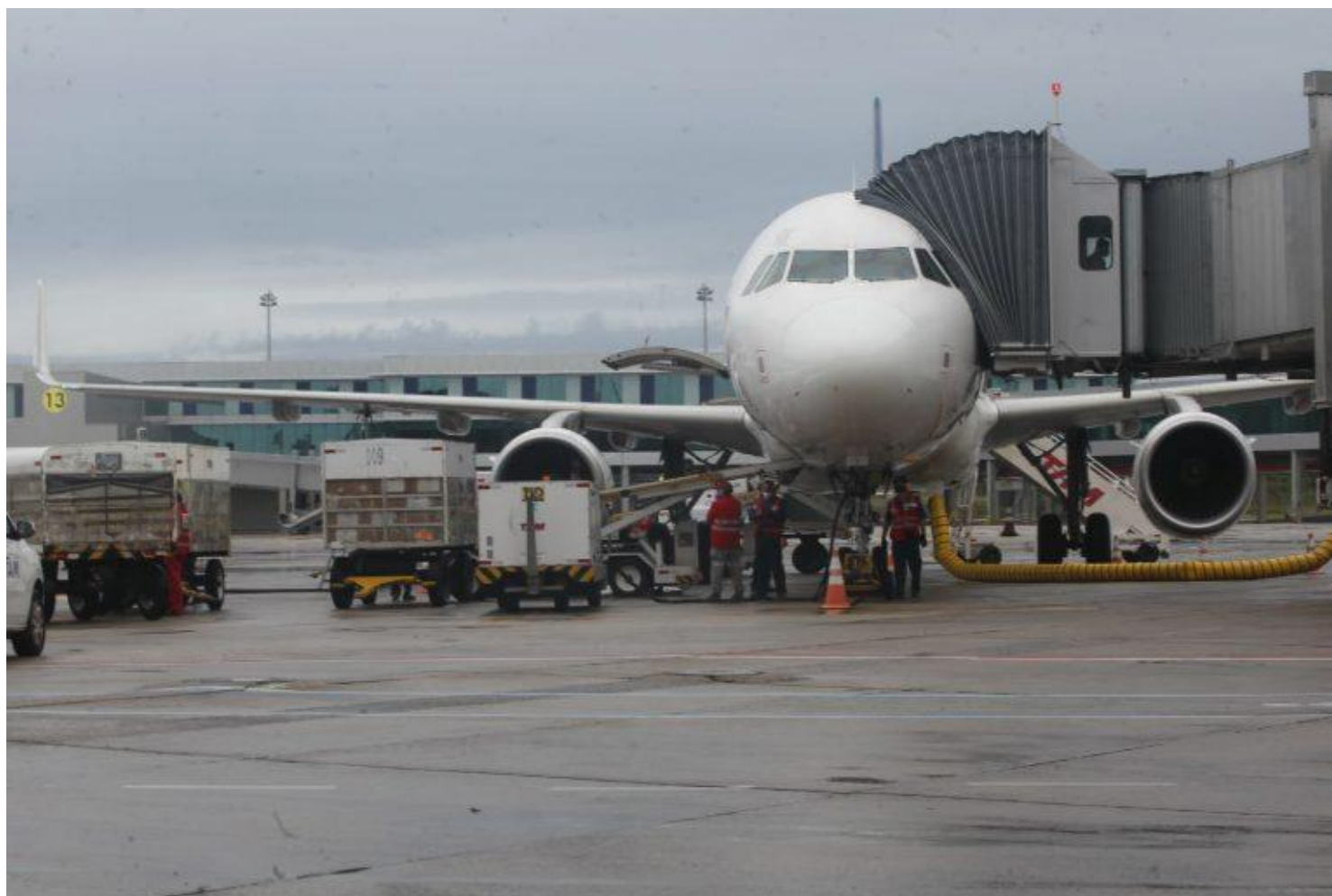
Fonte: Agência Câmara de Notícias



27 de novembro 2024

Comissão debate qualidade na prestação de serviço das empresas aéreas brasileiras

Elói Corrêa/Governo da Bahia



Para deputado, custos de tarifas ainda é obstáculo

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados debate nesta quarta-feira (27) a qualidade na prestação de serviço das empresas aéreas brasileiras. De acordo com o deputado Vermelho (PL-PR), que pediu o debate, a infraestrutura aeroportuária precisa ser aprimorada em algumas regiões, e o custo das tarifas é um obstáculo para uma grande parcela da população. O debate será realizado às 15h30, no plenário 5.

Convidados

Foram convidados para participar da discussão, entre outros:

- o diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC , Tiago Sousa Pereira;
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO;
- o diretor-Presidente da empresa aérea Azul, John Rodgerson;
- o diretor-presidente da empresa aérea Gol, Celso Guimarães Ferrer Junior;
- o diretor-presidente da empresa aérea Latam – Roberto Alvo.

O deputado acrescenta que [Marco Regulatório da Aviação Civil](#) estabelece que os serviços aéreos são considerados atividades econômicas de interesse público submetido à regulação da autoridade de aviação civil. "O ideal é que os interesses dos serviços de transporte aéreo doméstico estejam alinhados com os interesses da sociedade em geral", afirma.

O parlamentar também quer debater os seguintes pontos:

- regularidade dos voos de passageiros;
- marcação aleatória no momento do check-in pela empresa aérea de assentos reservados antecipadamente pelo passageiro;
- controle de tráfego aéreo;
- falta de voos na malha aérea;
- capacidade das aerovias;
- segurança operacional da aviação; e
- não cumprimento dos prazos estabelecidos para as reservas.

Da Redação – RL

Fonte: Agência Câmara de Notícias



CTur em Números

Balanço de 2024

1. Eventos

Reunião de instalação e eleição de Mesa	2
Reuniões deliberativas	17
Audiências públicas	6
Seminários realizados	0
Eventos externos	0
Total	25

2. Proposições apreciadas

Projetos apreciados	52
Aprovados	48
Rejeitados	4

2. Proposições pendentes de apreciação

Proposições pendentes de apreciação	
-------------------------------------	--

3. Requerimentos

Aprovados	24
-----------	----



Proposições na CTur em 2024

Requerimentos

Nº	Autor	Ementa	Situação
1/24	Bibo Nunes (PL/RS)	Requer que seja realizada audiência pública com o objetivo de debater a MP n.º 1.202 de 2023, em especial a extinção do PERSE - Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos	Aprovado em 20/03/2024.
2/24	André Figueiredo (PDT/CE)	Requer que seja realizada audiência pública com o objetivo de debater a MP n.º 1.202 de 2023, em especial a extinção do PERSE - Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos	Aprovado em 20/03/2024.
3/24	Jorge Goetten (PL/SC)	Requer reunião de audiência pública com o tema PERSE - Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos.	Aprovado em 20/03/2024.
4/24	Paulo Litro (PSD/PR)	Requeiro, nos termos regimentais, a criação do Grupo de Estudos sobre o Impacto dos Eventos Esportivos na Atividade de Turismo - GETUR no âmbito da Comissão de Turismo - CTUR da Câmara dos Deputados, durante o ano de 2024, destinado a promover estudos, visitas técnicas no Brasil e no exterior, com o objetivo de verificar in loco os impactos na infraestrutura turística desses eventos, analisar e apresentar ações propositivas, sugestões de emendas a projetos de lei e soluções específicas relativas ao tema "Impacto dos Eventos Esportivos na Atividade de Turismo.	Aprovado em 20/03/2024.
5/24	Paulo Litro (PSD/PR)	Requer que sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, bem como à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC acerca das obras de construção da terceira pista do Aeroporto Internacional Afonso Pena	Aprovado em 20/03/2024.

Nº	Autor	Ementa	Sistuação
6/24	Saullo Vianna (União/AM)	Requer à Comissão de Turismo aprovação de MOÇÃO DE APOIO ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE.	Aprovado em 10/04/2024.
7/24	Luiz Gastão (PSD/CE)	Requer o envio de ofício da Comissão de Turismo ao Ministério do Turismo para incluir, no calendário oficial de eventos do Ministério do Turismo, o evento “Misericórdia Brasil”.	Aprovado em 10/04/2024.
8/24	Paulo Litro (PSD-PR)	Requer a realização de ato em homenagem aos dez anos da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados.	Aprovado em 17/04/2024.
9/24	Paulo Litro (PSD-PR)	Requer visita técnica de Deputados da Comissão de Turismo às estruturas das empresas aéreas em São Paulo (SP).	Aprovado em 17/04/2024. Subscrito pelo Deputado Diego Coronel (PSD/BA).
10/24	Paulo Litro (PSD-PR)	Requer a realização de Ciclos de Debates sobre o Turismo no Brasil.	Aprovado em 24/04/2024.
11/24	Daniel Trzeciak (PSDB-RS)	Requer realização de Audiência Pública na Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados em homenagem à Miss Universo Brasil 2023, Maria Eduarda Brechane, que tem a valorização do turismo como uma das pautas de engajamento.	Aprovado em 24/04/2024.
12/24	Paulo Litro (PSD-PR)	Sugere ao Ministro dos Transportes e à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, a fiscalização das obras de ampliação do Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais, no Paraná.	Aprovado em 24/04/2024.
13/24	Vermelho (PL-PR)	Requer a realização de reunião de audiência pública para tratar da qualidade na prestação de serviço das empresas aéreas brasileiras.	Aprovado em 08/05/2024. Subscrito pelo do Deputado Jorge Goetten (PL/SC).
14/24	Jorge Goetten (PL-SC)	Requer reunião de audiência pública para tratar das obras de ampliação dos aeroportos administrados pela CCR Aeroportos.	Aprovado em 08/05/2024. Subscrito pelo Deputado Vermelho (PL/PR).



Nº	Autor	Ementa	Sistuação
15/24	Luiz Gastão (PSD-CE)	Requer o envio de ofício da Comissão de Turismo ao Ministério do Turismo para incluir, no calendário oficial de eventos do Ministério do Turismo, o evento “Romaria da Beata Benigna Cardoso da Silva”.	Aprovado em 22/05/2024. Subscrito pela Deputada Simone Marquette (MDB/SP).
16/24	Paulo Litro (PSD/PR) e outros	Requer realização de Audiência Pública na Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados a fim de debater a recuperação do setor turístico no Rio Grande do Sul.	Aprovado em 12/06/2024.
17/24	Paulo Litro (PSD/PR) e outros	Requer que sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, bem como à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC para que sejam fornecidas informações e explicitado o motivo para que a Companhia AZUL Linhas Aéreas tenha diminuído a quantidade de voos regionais no Estado do Paraná.	Aprovado em 12/06/2024. Subscrito pelos Deputados Bibo Nunes (PL/RS) e Daniel Trzeciak (PSDB/RS).
18/24	Simone Marquette (MDB-SP)	Requer o envio de ofício da Comissão de Turismo ao Ministério do Turismo para incluir, no calendário oficial de eventos do Ministério do Turismo, o evento “Festa do Milho” de Itapetininga.	Aprovado em 30/10/2024. Subscrito pelos Deputados Bacelar (PV/BA) e Alexandre Lindenmeyer (PT/RS).
19/24	Luiz Gastão (PSD/CE)	Requer a realização de audiência pública em homenagem à 51ª edição da ABAV Expo, que ocorrerá em Brasília-DF entre os dias 26 e 28 de setembro deste ano.	
20/24	Bibo Nunes (PL-RS)	Requer que a Comissão de Turismo participe da FESTURIS entre 07 e 10 de novembro de 2024.	Aprovado em 30/10/2024. Subscrito pelos Deputados Bacelar (PV/BA) e Alexandre Lindenmeyer (PT/RS).
21/24	Gabriel Nunes (PSD/BA)	Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei 4.179/2019, que “Institui o Estatuto do Turista”.	Aprovado em 27/11/2024. Subscrito pelo Deputado Vermelho.
22/24	Luiz Gastão (PSD/CE)	Requer o envio de ofício da Comissão de Turismo ao Ministério do Turismo para incluir, no calendário oficial de eventos do Ministério do Turismo, o evento “Quinta do Caranguejo”.	Aprovado em 04/12/2024. Daniel Barbosa (PP/AL), Tadeu Oliveira (PL/CE) e Bibo Nunes (PL/RS).



Nº	Autor	Ementa	Sistuação
23/24	Bibo Nunes (PL/RS)	Requer a realização de audiência pública com objetivo de debater os dados recentemente divulgados sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – PERSE.	Aprovado em 04/12/2024. Subscrito pelo Deputado Daniel Barbosa (PP/AL).
24/24	Saullo Vianna (União/AM)	Requer o envio de ofício da Comissão de Turismo ao Ministério do Turismo para incluir, no calendário oficial de eventos do Ministério do Turismo, o evento “Festival das Cirandas de Manacapuru”.	Aprovado em 11/12/2024,
25/24	Saullo Vianna (União/AM)	Requer o envio de ofício da Comissão de Turismo ao Ministério do Turismo para incluir, no calendário oficial de eventos do Ministério do Turismo, o evento “Boi Manaus”.	Aprovado em 11/12/2024.



Proposições apreciadas

Proposição	Autor	Ementa	Relator	Parecer
PL 2001/2023	Delegado Fabio Costa	Cria a Rota Turística da Costa dos Corais, no litoral dos estados de Alagoas e de Pernambuco.	Marx Beltrão	Pela aprovação. Aprovado em 17/04/24.
PL 3742/2023	Magda Mofatto	Cria a Rota Turística da Região das Águas Quentes, no Estado de Goiás.	Carlos Henrique Gaguim	Pela aprovação. Aprovado em 17/04/24.
PL 4418/2023	Juninho do Pneu	Institui o município de Mangaratiba/RJ como Capital Nacional do Turismo de Natureza.	Washington Quaquá	Pela aprovação. Aprovado em 17/04/24.
PL 5248/2019	Bibo Nunes	Altera o art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre sinalização trilingue.	Jorge Goetten	Pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Viação e Transportes. Aprovado em 24/04/24.
PL 1610/2023	Thiago de Joaldo	Inserir no Calendário Nacional de Eventos, do Ministério do Turismo, a tradicional "Tobiarte", do município de Tobias Barreto, no Estado de Sergipe.	Icaro de Valmir	Pela aprovação. Aprovado em 15/05/24.
PL 3924/2023	Marx Beltrão	Inclui no calendário turístico oficial do País a Expo Bacia Leiteira, no Município de	Daniel Barbosa	Pela aprovação. Aprovado em

		Batalha, Estado de Alagoas.		15/05/24.
PL 3925/2023	Marx Beltrão	Inclui no calendário turístico oficial do País o Natal dos Folguedos, no Município de Maceió, Estado de Alagoas.	Daniel Barbosa	Pela aprovação. Aprovado em 15/05/24.
PL 53/2023	Marangoni e outros	Cria o Roteiro Turístico dos Cafés da Alta Mogiana.	Simone Marquette	Pela aprovação. Aprovado em 22/05/24.
PL 4954/2023	Robinson Faria	Inclui no Calendário Turístico Nacional a procissão em homenagem a Nossa Senhora da Piedade, no Município de Espírito Santo, Estado do Rio Grande do Norte.	Paulinho Freire	Pela aprovação. Aprovado em 05/06/2024.
PL 4955/2023	Robinson Faria	Inclui no Calendário Turístico Nacional o Festival de Inverno do Município de Serra de São Bento, Estado do Rio Grande do Norte.	Paulinho Freire	Pela aprovação. Aprovado em 05/06/2024.
PL 117/2024	Icaro de Valmir	Inclui no Calendário Turístico Nacional a Romaria de Nossa Senhora Aparecida, no município de Nossa Senhora Aparecida, Estado de Sergipe.	Simone Marquette	Pela aprovação. Aprovado em 12/06/2024.
PL 4956/2023	Robinson Faria	Inclui no Calendário Turístico Nacional a Festa de Santa Rita de Cássia, no Município de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.	Paulinho Freire	Pela aprovação. Aprovado em 12/06/2024.
PL 4957/2023	Robinson Faria	Inclui no Calendário Turístico Nacional a Festa de Nossa Senhora da Conceição, no Município de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.	Paulinho Freire	Pela aprovação. Aprovado em 12/06/2024.



PL 4149/2021	Fernando Rodolfo	Denomina a cidade de Garanhuns, no Estado de Pernambuco, como “Terra da Magia Natalina” e inclui no Calendário Nacional de Eventos Turísticos, do Ministério do Turismo, o evento “Magia do Natal”.	Lula da Fonte	Pela aprovação. Aprovado em 19/06/2024
PL 4805/2023	Felipe Carreras	Estabelece critérios para a tributação das empresas de formatura que atuam sob o formato de agenciamento e intermediação e dá outras providências.	Paulo Litro	Pela aprovação. Aprovado em 19/06/2024
PL 4395/2020	Evair Vieira de Melo e Greyce Elias	Institui a Política Nacional de Fomento ao Turismo Rural e dá outras providências.	Ana Paula Leão	Pela aprovação deste, do PL 4879/2020 e do PL 902/2021, apensados, E com adoção do substitutivo adotado pela CAPADR. Aprovado em 03/07/2024
PL 1946/2022	Ney Leprevost	Inserir no Calendário Nacional de Eventos, do Ministério do Turismo, a tradicional Festa do Divino Espírito Santo, do Município de Guaratuba, Estado do Paraná.	Paulo Litro	Pela aprovação. Aprovado em 03/07/2024
PL 4074/2023	Márcio Correa	Cria o Roteiro Turístico Gastronômico Brasília – Goiânia na Região Perimetral da rodovia	Ulisses Guimarães	Pela aprovação. Aprovado em

		BR-060.		03/07/2024
PL 5057/2023	Fernanda Pessoa	Cria a Rota Turística da Fé, no Estado do Ceará.	Simone Marquette	Pela aprovação. Aprovado em 03/07/2024
PL 301/2024	Marangoni	Cria a Rota Turística do Circuito das Frutas, contemplando um conjunto de Municípios do Estado de São Paulo, com o objetivo de favorecer o desenvolvimento do potencial turístico da região.	Simone Marquette	Pela aprovação. Aprovado em 03/07/2024
PL 1221/2024	Roberta Roma	Incluir na Rota Nacional do Turismo a Região da Chapada Diamantina no Estado da Bahia e dá outras providências.	Gabriel Nunes	Pela aprovação, com substitutivo. Aprovado em 03/07/2024
PL 1512/2024	Nitinho	Cria a Rota Turística do Imperador, no litoral dos estados de Sergipe e Alagoas.	Gabriel Nunes	Pela aprovação. Aprovado em 03/07/2024
PL 2089/2022	Paulo Pimenta	Inclui no Calendário Turístico Oficial do País, o “FRONTE(I)RA – Festival Binacional de Enogastronomia”, realizado nas cidades de Sant'Ana do Livramento e Rivera (UY).	Alexandre Lindenmeyer	Pela aprovação. Aprovado em 30/10/2024
PL 5814/2023	Jorge Seif	Institui a Rota Turística do Enxaimel, no Município de Pomerode, em Santa Catarina.	Jorge Goetten	Pela aprovação. Aprovado em 30/10/2024
PL 681/2024	Alberto Fraga	Acrescenta parágrafo ao art. 24 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para dispor sobre proteção à privacidade e à	Roberta Roma	Pela aprovação. Aprovado em 13/11/2024



		intimidade em estabelecimentos de hospedagens, e dá outras providências.		
PL 2044/2024	Denise Pessôa	Dispõe sobre o provimento de renda mínima emergencial para os guias turísticos visando atenuar os efeitos no setor de turismo decorrentes da catástrofe climática no Rio Grande do Sul.	Alexandre Lindenmeyer	Pela aprovação, com emenda. Aprovado em 13/11/2024
PL 3233/2019	Damião Feliciano	Institui contribuição destinada a financiar planos, projetos, ações e empreendimentos de interesse turístico.	Eduardo Bismarck	Pela aprovação, com substitutivo. Aprovado em 27/11/2024
PL 3341/2021	Geninho Zuliani	Altera dispositivos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.	Marangoni	Pela aprovação. Aprovado em 27/11/2024
PL 3578/2021	Carlos Bezerra	Altera o § 4º do art. 23 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 para possibilitar a redução do período de duração da primeira diária em meios de hospedagem.	Eduardo Bismarck	Pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 2111/2022, do PL 4480/2023, e do PL 5676/2023, apensados. Aprovado em 27/11/2024
PL 2476/2022	Professor Israel	Insera no Calendário Nacional de Eventos do Ministério do	Eduardo Bismarck	Pela aprovação.

	Batista	Turismo, a Festa do Morango do Distrito Federal.		Aprovado em 27/11/2024
PL 3253/2023	Silvia Waiãpi	Insera os §§ 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º no Art. 30 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para estabelecer medidas de segurança que previnam a ocorrência de crimes em eventos públicos em geral, nos termos que especifica	Robinson Faria	Pela aprovação, com emenda. Aprovado em 27/11/2024
PL 5004/2023	Fernanda Pessoa	Institui no calendário turístico oficial do País o festival Expocrato, no Município do Crato, no Estado do Ceará.	Aj Albuquerque	Pela aprovação deste, e do PL 6083/2023 , apensado, com substitutivo. Aprovado em 27/11/2024
PL 5006/2023	Fernanda Pessoa	Institui no calendário turístico oficial do País o Festival Fortal, no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará.	Paulinho Freire	Pela aprovação. Aprovado em 27/11/2024
PL	Yury do	Inclui no Calendário Turístico	André	Pela aprovação.

6233/2023	Paredão	oficial do País as datas de Romarias do município de Juazeiro do Norte na região do Cariri, Estado do Ceará.	Figueiredo	Aprovado em 27/11/2024
PL 413/2024	Flávia Morais	Inclui no Calendário Nacional de Eventos do Ministério do Turismo a festa Totus Tuus, no Município de Goiânia, Estado de Goiás.	André Figueiredo	Pela aprovação. Aprovado em 27/11/2024
PL 1280/2024	Pompeo de Mattos e outros	Cria a Rota dos Tropeiros, nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.	Vermelho	Pela aprovação, com substitutivo. Aprovado em 27/11/2024
PL 2203/2024	Ana Paula Leão	Inclui no Calendário Nacional de Eventos, vinculado ao Ministério do Turismo, o Festival de Quadrilhas Juninas, no Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.	Keniston Braga	Pela aprovação. Aprovado em 27/11/2024
PL 5392/2023	Samuel Viana	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.	Saullo Vianna	Pela aprovação. Aprovado em 04/12/2024
PL 1513/2024	Nitinho	Cria a Rota Turística do Cangaço, no litoral dos estados de Sergipe e Alagoas.	Daniel Barbosa	Pela aprovação, com substitutivo. Aprovado em 04/12/2024
PL 1864/2024	Nitinho	Inclui no Calendário Turístico Nacional o Festival de Inverno do Povoado Palmares, no município de Riachão do Dantas, Estado de Sergipe.	Saullo Vianna	Pela aprovação. Aprovado em 04/12/2024
PL 1761/2023	Marco Brasil	Dispõe sobre a inclusão das receitas decorrentes do serviço de	Paulo Litro	Pela aprovação.

		hotelaria e turismo explorado em regime de economia familiar na zona rural como atividade rural.		Aprovado em 11/12/2024
PL 309/2024	Dr. Victor Linhalis	Dispõe sobre incentivos tributários para o turismo de aventura e o ecoturismo.	Rodrigo Gambale	Pela aprovação. Aprovado em 11/12/2024
PL 1383/2024	Gilson Daniel	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.	Saullo Vianna	Pela aprovação, com substitutivo. Aprovado em 11/12/2024
PL 3123/2024	Túlio Gadêlha	Cria a Rota Turística da Fé Padre Cícero/Frei Damião, nos Estados de Pernambuco e do Ceará.	Eduardo Bismarck	Pela aprovação. Aprovado em 11/12/2024
PL 3679/2024	André Figueiredo	Acrescenta dispositivo na Lei nº 11.771, de 2008, para tratar do apoio às regiões turísticas atingidas por eventos climáticos.	Paulo Litro	Pela aprovação. Aprovado em 11/12/2024



Projetos rejeitados

Proposição	Ementa	Comissão	Situação	Data Tramitação
PL 2111/2022	Dispõe sobre critérios para a cobrança de diárias de hospedagem em hotéis. Rejeitada em 27/11/24.	Comissão do Turismo	Rejeitado	27/11/24
PL 4480/2023	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.	Comissão do Turismo	Rejeitado	27/11/24
PL 5676/2023	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para vedar a fixação de horário de saída de hóspede em meio de hospedagem distinto do horário de entrada.	Comissão do Turismo	Rejeitado	27/11/24
PL 3835/2023	Acrescentam-se os §§3º e 4º, ao disposto no art. 45, da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), promovendo o desconto no valor da diária, de quaisquer das modalidades dos dormitórios disponíveis, em 50% (cinquenta por cento), nos hotéis, pousadas e similares que não tenham dormitórios acessíveis no percentual instituído em lei (10%) e, o usuário, dependa dele para que tenha acessibilidade, da forma que especifica.	Comissão do Turismo	Rejeitado	04/12/24



Emendas orçamentárias aprovadas pela CTur

▪ Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO-2025

Emenda – 50070001

Programa: Turismo, Esse é o Destino

Ação: Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo – 21FN

Acréscimo de meta proposto: 1.000.000

Emenda – 50070002

Programa: Turismo, Esse é o Destino

Ação: Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional – 20Y3

Acréscimo de meta proposto: 40.000

Emenda – 50070003

Programa: Turismo, Esse é o Destino

Ação: Apoio a projetos de infraestrutura turística – 10V0

Acréscimo de meta proposto: 60.000



▪ Projeto da Lei Orçamentária Anual – LOA-2025

Emenda – 50070001

Ação: Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística

Valor Acrescido: R\$ 1.500.000.000

Emenda – 50070002

Ação: Planejamento, Inteligência, Inovação e Competitividade no Turismo

Total da Emenda: R\$ 400.000.000.

Emenda – 50070003

Ação: Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo

Total da Emenda: R\$ 500.000.000

Emenda – 50070004

Ação: Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional

Total da Emenda: R\$ 500.000.000.



Equipe Técnica

Secretário-Executivo

Lin Israel Costa dos Santos

Servidores da Secretaria

Amanda Maria Campanini Pereira

Ana Paula Barbosa França

Estefânia de Castro Diniz

Gleice Chagas dos Angelos

Mônica Tannenbaum

Estagiária em Turismo

Sunamita Garcia Izidro

Aprendiz

Beatriz Rodrigues de Sousa

Câmara dos Deputados
Comissão de Turismo
Anexo II, Pav. Superior, Ala A, Sala 151
CEP 70.160-900 – Brasília/DF
Telefones: (61) 3216-6831/6832
<http://www.camara.leg.br/ctur>

